

03 DE MARÇO 2010

Quarta-feira

- **SETORES DA INDÚSTRIA DÃO SINAIS DE RECUPERAÇÃO**
 - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM - PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR
- **COM FIM DE IPI REDUZIDO, CENÁRIO FUTURO É DE INCERTEZA**
 - ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM - PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR
- **SINDICATOS PRESSIONAM POR REDUÇÃO DA JORNADA**
- **MANTEGA: VENDA DE VEÍCULOS ALCANÇA 221 MIL UNIDADES EM FEVEREIRO**
- **VENDA DE VEÍCULOS SOBE 10,83% EM FEVEREIRO**
- **INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA TERÁ ANO 'EXCELENTE'**
- **FIAT PODE INVESTIR MAIS E FABRICAR CHRYSLER NO BRASIL**
- **ATIVIDADE NA INDÚSTRIA FICOU ESTÁVEL EM JANEIRO**
- **PRAZO DO DACON DE JANEIRO ENCERRA SEXTA-FEIRA, 5/3**
- **IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE FEVEREIRO VENCE HOJE**
- **DEPENDENTES ATÉ OS 24 ANOS PODERÃO RECEBER PENSÃO POR MORTE**
- **RECEITA DIVULGA A TAXA SELIC DE FEVEREIRO**
- **PROJETO ALTERA LIMITE DE ISENÇÃO DO IR PARA APOSENTADOS**
- **EMPRESA QUE LEGALIZAR TRABALHADOR PODERÁ SER ANISTIADA DE MULTAS**
- **PODERÁ SER REDUZIDA EM DUAS HORAS A JORNADA DE MULHER GRÁVIDA**
- **CANDIDATOS "FICHA SUJA": TSE DECIDE QUESTÃO NESTA TERÇA-FEIRA**
- **CONDUTA INDEVIDA EM GREVE DÁ JUSTA CAUSA A SINDICALISTA**

Câmbio		
Em 02/03/2010		
	Compra	Venda
Dólar	1,784	1,785
Euro	2,425	2,426

Fonte: BACEN

SETORES DA INDÚSTRIA DÃO SINAIS DE RECUPERAÇÃO

> ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM – PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

02/03/2010 – O Estado do Paraná

Os setores de metalúrgica, mecânica e material elétrico estão voltando a contratar. A crise econômica mundial afetou o segmento, que precisou demitir muita mão-de-obra.

O estímulo para a aquisição de produtos da linha branca, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e a retomada das exportações de alguns componentes geram demanda nas indústrias.

O aquecimento teve início no final do ano passado nas fábricas de veículos pesados. A retomada está se espalhando, como nas empresas de auto peças e de material elétrico voltado para a construção civil.

Segundo o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná (Sindimetal/PR), Roberto Sotomaior Karam, muitas empresas europeias estão recompondo seus estoques, o que reflete nas indústrias do Estado.

Mas ainda vai demorar para que o segmento volte ao nível de contratações e de número de empregados no período pré-crise. Um levantamento feito pela entidade, com 35 empresas, mostrou que estas demitiram cerca de 1,4 mil trabalhadores no ano passado. No início de 2010, estas mesmas empresas empregaram somente 369 pessoas.

“A retomada está aí, mas vai acontecer devagar. Já está melhor do que no ano passado. Muitas empresas ainda estão cautelosas. Se continuar neste ritmo, 70% do quadro de empregos deve se recompor ainda no primeiro semestre deste ano”, avalia. Algumas fábricas partem para as contratações somente diante da demanda e de acordo com o número de pedidos.

Em 2010, o foco das empresas está no profissional já experiente, que não gere gastos com cursos e treinamentos. Karam acredita que possa haver dificuldades nesta procura.

“Com esta crise, as empresas foram obrigadas a investir em competitividade e, para isto, precisam de mão-de-obra qualificada. Algumas empresas que estão mais otimistas e apostando mais estão investindo em cursos e projetos de capacitação para funcionários”, afirma Karam.

COM FIM DE IPI REDUZIDO, CENÁRIO FUTURO É DE INCERTEZA

> ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. ROBERTO KARAM – PRESIDENTE DO SINDIMETAL/PR

02/03/2010 – Cervo Advogados

Empresas que operam em setores beneficiados pela redução do IPI no ano passado registraram um mês forte de produção e vendas em janeiro, mas ainda têm dúvidas sobre quanto do crescimento obtido será mantido ao longo do ano. Em janeiro foram emplacados no país 201.828 veículos, entre nacionais e importados, volume 27,4% inferior ao de dezembro passado, mas 6,2% acima do de janeiro de 2009, segundo dados preliminares que devem ser divulgados esta semana pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea), mas já conhecidos pelas montadoras. No setor

automotivo, o ritmo de vendas ainda não retornou ao padrão existente antes da crise econômica global. Há um ano, os efeitos da crise foram minorados pela redução integral de IPI, que possibilitou que o preço sugerido para um veículo como o Uno Mille baixasse de R\$ 23.470 para R\$ 21.754. O preço sugerido para o Uno não acompanhou a inflação - no mês passado estava em R\$ 21.990 -, mas a recuperação de mercado foi tímida. O empresário Nelson Hübner havia desativado uma fundição na cidade de Ponta Grossa, Paraná, em janeiro de 2009. No mês passado ela voltou a funcionar com um turno de produção e mais empregados estão sendo contratados para o segundo turno, que deve ser iniciado em março para atender o aumento na demanda do segmento de peças para veículos pesados. As encomendas, que na fase mais crítica quase foram zeradas na empresa, agora estão numa carteira de pedidos cujo volume equivale a três meses de produção. Estamos vendo uma recuperação fantástica, diz Hübner. Segundo ele, se comparado com janeiro de 2009, o aumento na produção no primeiro mês de 2010 chegou a 60%. Ele explica, no entanto, que ainda não atingiu os volumes de 2008. Há dois anos ele tinha 1.560 empregados e, com a crise, o número caiu para 920. Agora está em 1.100. Os sinais positivos começaram no último trimestre e foram mantidos no começo do ano, diz ele, que fornece peças para o mercado de reposição e também para montadoras de caminhões, tratores e colheitadeiras. A situação na empresa de Hübner retrata o que está acontecendo no segmento em que ele atua. O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Paraná (Sindimetal), Roberto Karam, teve na semana passada uma reunião com associados e um dos assuntos foi a reação do setor. Depois das perdas de 2009, 2010 será de recuperação, a contar pelo retorno das encomendas, que estão em média 17% maiores que há um ano. A taxa de ocupação das indústrias acompanhadas pelo Sindimetal era de 70% em 2009 e agora está perto de 80%. No Nordeste, a fabricante de eletrodomésticos Esmaltec manteve em janeiro o mesmo ritmo de produção, considerado bom, dos últimos meses de 2009. De acordo com a superintendente, Annette de Castro, a manutenção da atividade se deveu à antecipação das encomendas por parte dos varejistas, motivada pelo fim da alíquota reduzida do IPI para alguns itens da linha branca, ocorrido no domingo. Com o fim do benefício, a empresa congelou as contratações de funcionários, optando por esperar novo cenário para o setor.

SINDICATOS PRESSIONAM POR REDUÇÃO DA JORNADA

03/03/2010 – O Estado do Paraná

As centrais sindicais vão aproveitar o clima eleitoral para pressionar o Congresso a aprovar no primeiro semestre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a jornada de trabalho das atuais 44 horas para 40 horas semanais. "Se for à votação este ano, a proposta será aprovada", afirmou o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique. "Temos de aproveitar o momento e tentar incluir o tema prioritário para votação ainda no primeiro semestre."

A mesma certeza tem o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna. "Na votação, ficará claro quem é o parlamentar que defende o trabalhador. E isso conta bastante, porque daqui a alguns meses os parlamentares serão julgados nas urnas." Os sindicalistas atuam em duas frentes na batalha pela redução da jornada. Ao mesmo tempo em que pressionam os parlamentares, buscam abrir negociações com empresas e setores de atividade, tendo como instrumento de pressão a ameaça de greves.

A proposta de redução da jornada incendiou as discussões tanto entre empresários e centrais sindicais quanto entre os seus representantes no Congresso. O presidente da CUT argumenta que a última vez que houve redução de jornada no País, de 48 para 44 horas, foi na Constituinte de 1988. Ele frisa que desde então a produtividade do trabalho na indústria de transformação saltou 84%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Esses ganhos não foram repassados aos trabalhadores."

"É um discurso eleitoreiro e oportunista, já que em todos os países onde a jornada foi reduzida por lei ou negociação ninguém conseguiu provar que ela resultou em aumento do emprego", rebate o professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) Hélio Zylberstajn. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), afirma: "A proposta é demagógica, porque não gera empregos como as centrais anunciam". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

MANTEGA: VENDA DE VEÍCULOS ALCANÇA 221 MIL UNIDADES EM FEVEREIRO

02/03/2010 – Gazeta do Povo

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou nesta terça-feira que a indústria automotiva começou bem o ano, ajudando a consolidar um cenário positivo para a economia brasileira como um todo.

Segundo ele, foram vendidas 221 mil unidades de veículos em fevereiro e as vendas devem aumentar para 310 mil unidades em março.

"Em 2010, as vendas do setor automobilístico começaram bastante boas... e as empresas estão se preparando para realizar investimentos", disse em almoço da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

"Para 2010, as perspectivas para a economia brasileira são muito boas, o setor automotivo estará presente nesse esforço de crescimento... o setor deve crescer em 2010 mais do que em 2009, continuando a dar uma contribuição para o aumento do emprego."

Os dados de vendas de veículos de fevereiro serão anunciados nesta semana. Na véspera, fonte do mercado antecipou à Reuters que as vendas de automóveis e comerciais leves no mês passado subiram 5 por cento sobre janeiro, para 211,4 mil unidades.

VENDA DE VEÍCULOS SOBE 10,83% EM FEVEREIRO

03/03/2010 – O Estado do Paraná

Os emplacamentos de veículos novos no mercado brasileiro somaram 220.951 unidades em fevereiro, uma alta de 10,83% ante igual período de 2009, segundo informou hoje a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Em relação a janeiro deste ano, houve alta de 3,58%. Os dados incluem automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus.

Levando-se em conta o desempenho de todos os segmentos analisados pela Fenabreve, o que inclui motos e implementos rodoviários, o setor automotivo vendeu

349.433 unidades em fevereiro, alta de 11,96% ante o mesmo mês de 2009 e de 1,94% em relação a janeiro.

O impulso nas vendas está ligado ao fato de que fevereiro foi o penúltimo mês de vigência do desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que vale para os veículos flex (bicombustíveis). Ao fim de março, o benefício fiscal acabará.

Considerando apenas automóveis e comerciais leves, as vendas em fevereiro subiram 10,45%, para 211.371 unidades, ante mês idêntico do ano passado. Em relação a janeiro, houve um acréscimo de 4,77% no número de emplacamentos. Já a venda de caminhões e ônibus, com 9.580 unidades em fevereiro, avançou 19,93% ante fevereiro de 2009. Porém, em relação a janeiro, houve queda de 17,19%.

Ainda de acordo com a Fenabreve, foram vendidas 120.832 motocicletas em fevereiro, uma expansão de 13,20% na comparação com o segundo mês de 2009. Porém, em relação a janeiro deste ano, houve redução de 0,57%. As vendas de implementos rodoviários somaram 3.301 unidades no mês passado, alta de 45,68% ante fevereiro de 2009 e baixa de 8,13% em relação a janeiro de 2010.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA TERÁ ANO 'EXCELENTE'

02/03/2010 – O Estado do Paraná

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou esta tarde que a perspectiva para a indústria automobilística em 2010 é excelente e aponta para um desempenho em 2010 melhor do que o de 2009, quando as vendas do setor cresceram 11,35% em relação a 2008. Mantega, que participa de evento promovido pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) em São Paulo, destacou que em fevereiro a indústria automobilística já atingiu seu melhor fevereiro da história, com 221 mil unidades vendidas, contrariando a sazonalidade do período. Ele disse que, para março, já há a previsão de venda recorde de 310 mil unidades.

As empresas têm se preparado para investir e a indústria automobilística tem sido um dos polos de dinâmica da economia, afirmou Mantega. O ministro ressaltou que o setor automotivo dará grande contribuição para o crescimento do PIB em 2010, que deve superar 5%. O ministro ressaltou que o setor automotivo foi um exemplo de sucesso no combate à crise no Brasil e também no mundo. "A indústria teve um comportamento exemplar, soube superar a crise com eficácia", afirmou.

Segundo o ministro, a ação do setor privado em conjunto com a ação do poder público derrotou a maior crise do capitalismo. "Quando o Lehman Brothers quebrou as vendas despencaram no mundo, mas o governo brasileiro tomou medidas rápidas e adotou uma estratégia para reverter o quadro de desconfiança e desânimo", afirmou Mantega, citando as ações de recomposição do crédito e redução dos tributos. "O desempenho do setor (automobilístico) foi extraordinário para um ano de crise. Consolidamos o posto de quinto maior mercado de veículos do mundo e agora queremos passar para o quarto lugar", disse. Segundo Mantega, a indústria automobilística tem um papel importante para a geração de empregos, o que deverá continuar acontecendo daqui para a frente.

Mantega lembrou que ainda está em vigor um restinho de estímulo fiscal, que termina neste mês, e também o instrumento de crédito a juros mais baixos oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para caminhões e máquinas agrícolas.

FIAT PODE INVESTIR MAIS E FABRICAR CHRYSLER NO BRASIL

02/03/2010 – Gazeta do Povo

O presidente mundial da Fiat, Sergio Marchionne, afirmou nesta terça-feira que o grupo poderá ampliar os investimentos no Brasil, depois dos seis bilhões de reais programados para o período de 2007 a 2010.

O executivo disse ainda que o grupo avalia a possibilidade de produzir veículos da marca norte-americana Chrysler no país.

"Precisamos fortalecer nossa presença na América Latina. Estamos no Brasil há 60 anos e nos próximos cinco anos queremos reforçar essa presença", disse Marchionne a agências internacionais após participar da inauguração, em Sorocaba, da maior fábrica no mundo da Case New Holland, unidade de máquinas agrícolas do grupo Fiat.

O executivo comentou que o orçamento para o próximo período de investimentos da Fiat no Brasil será discutido em reunião do Conselho de Administração marcada para 21 de abril.

"Provavelmente, com base em cinco anos, será mais", disse Marchionne.

O executivo afirmou que "há uma possibilidade muito boa de que produziremos alguns veículos (da Chrysler) aqui", comentou, acrescentando que a linha Jeep da Chrysler "seria a mais adequada" para o mercado brasileiro.

Globalmente, após a aliança com a Chrysler, o foco do grupo italiano é, consolidar a parceria com a montadora norte-americana e administrar operações recentes da empresa, como na China. Marchionne também afirmou que a Fiat pretende ser a segunda montadora da Rússia.

"Precisamos ter certeza de que estamos executando bem esses projetos para preservar a integridade (do grupo)."

Segundo ele, a indústria automotiva mundial ainda vai passar por mais uma rodada de consolidação. A Fiat, contudo, não tem planos para novas aquisições no momento. "Tenho que administrar o que eu já tenho."

A Fiat tem uma fábrica de veículos no Brasil em Betim (MG) e está produzindo no máximo de sua capacidade de 800 mil veículos por ano. Para Marchionne, uma expansão dessa unidade pode ser arriscada.

"Há um limite natural em Betim e estamos atingindo o limite. Precisamos ter cuidado para não sobrecarregar essa estrutura em um ponto que fique operacionalmente ineficiente", disse o executivo, lembrando que a Fiat também tem uma fábrica em Córdoba, na Argentina. "Temos que olhar para outros lugares também."

Na avaliação de Marchionne, a atual estrutura da Fiat na América Latina pode ser insuficiente diante da expectativa de crescimento do mercado automotivo brasileiro nos próximos cinco anos.

O Brasil foi um dos únicos países em todo o mundo a apresentar crescimento das vendas de carros pela indústria em 2009, em meio à recessão global. No ano passado,

foram comercializados no país 3,14 milhões de veículos novos, crescimento de 11,4 por cento sobre 2008 e recorde para a indústria.

A associação que representa as montadoras instaladas no Brasil, Anfavea, estima avanço de 8,2 por cento nas vendas de automóveis em 2010, para novo recorde de 3,4 milhões de unidades.

O presidente do grupo Fiat afirmou ainda que o setor de veículos do Brasil vive uma fase totalmente diferente da Europa, onde estimou queda de 12 a 16 por cento no volume de vendas pela indústria este ano, conforme terminam programas de incentivo dos governos europeus ao setor.

"Isso terá impacto em todas as montadoras e teremos de fazer ajustes para a demanda menor (...) Eu acho certo reduzir os incentivos. Nós teremos que lidar com as consequências", disse Marchionne. Na avaliação dele, os incentivos concedidos pelos governos europeus acabaram criando uma demanda artificial.

ATIVIDADE NA INDÚSTRIA FICOU ESTÁVEL EM JANEIRO

02/03/2010 – O Estado do Paraná

A sondagem industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelou que a produção em janeiro ficou praticamente no mesmo patamar que dezembro. A estabilidade foi medida pelo índice que reflete a percepção dos industriais em relação à produção naquele mês. No caso, o de janeiro ficou em 49,2 pontos. De acordo com os critérios da sondagem, o indicador vai de zero a cem, sendo que números inferiores a 50 denotam queda e acima, aumento da produção. "O número de 49,2 ficou muito perto da margem de 50 pontos, dizemos que houve estabilidade", comentou o gerente da unidade de pesquisa da CNI, Renato da Fonseca. Essa é a primeira vez que a sondagem industrial é apurada mensalmente. Até o final de 2009, a CNI realizava a pesquisa trimestralmente.

A sondagem verificou que em janeiro o uso da capacidade instalada da indústria ficou abaixo do usual para meses de janeiro. O índice relativo a essa pergunta ficou em 48,3 pontos. Os estoques também estão abaixo do esperado, com índice de 48,5. "Janeiro é um mês fraco para a indústria. O fato de não ter havido evolução ante dezembro não é tão ruim. Foi até um bom resultado", comentou Fonseca.

Já a expectativa dos empresários para os meses futuros é positiva, com todos os índices acima de 50: o relativo à demanda ficou em 66,2; o que mede o futuro das exportações ficou em 53,5; e o que trata da percepção quanto à compra de matérias-primas ficou em 63,4. A pesquisa CNI foi feita entre os dias 1º e 24 fevereiro junto a 1.211 indústrias.

PRAZO DO DACON DE JANEIRO ENCERRA SEXTA-FEIRA, 5/3

03/03/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, submetidas à apuração da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, nos regimes cumulativo e não cumulativo, inclusive aquelas que apuram a Contribuição para o PIS/PASEP com base na folha de salários, devem apresentar o DACON com informações relativas a janeiro/2010, na próxima sexta-feira, dia 5-3-2010.

Se o declarante apresentar o DACON em atraso ou deixar de apresentá-lo ficará sujeito à multa de 2%, ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante da COFINS, ou, na sua falta, da Contribuição para o PIS/PASEP informada, limitada a 20%, reduzida à metade se apresentado antes de qualquer procedimento de ofício. A multa mínima a ser aplicada será de R\$ 500,00, ou, R\$ 200,00, no caso de pessoa jurídica inativa.

O DACON deve ser transmitido pela internet com a utilização do programa Receitanet, disponível no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br.

IMPOSTO RETIDO NO 3º DECÊNIO DE FEVEREIRO VENCE HOJE

03/03/2010 – Notas COAD

As pessoas jurídicas que efetuaram, no 3º decênio de fevereiro/2010, retenção do IR na fonte nos pagamentos ou créditos decorrentes de juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e de multa ou qualquer vantagem, de que trata o artigo 70 da Lei 9.430/96, devem recolher o imposto nesta quarta-feira, dia 3 de março.

DEPENDENTES ATÉ OS 24 ANOS PODERÃO RECEBER PENSÃO POR MORTE

03/03/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o projeto 6812/10, do Senado, que estende até os 24 anos o direito de filhos e dependentes que estudam no nível superior ou o técnico de nível médio receberem pensão por morte de segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Pela legislação atual (Lei 8.213/91), o benefício acaba aos 21 anos para os filhos e pessoas equiparadas a filho ou irmão, estejam estudando ou não. Esse limite permanece inalterado na proposta.

Dependentes

O projeto também autoriza o Executivo a alterar o regime jurídico dos servidores públicos (Lei 8112/90) para garantir o mesmo benefício aos funcionários públicos.

De acordo com autor do projeto, o ex-senador Expedito Júnior, o objetivo é dar a filhos, enteados, irmãos órfãos, menores sob tutela e dependentes de servidores públicos ou de trabalhadores vinculados ao RGPS a oportunidade de concluir a formação profissional.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, Rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário., será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência da Câmara

RECEITA DIVULGA A TAXA SELIC DE FEVEREIRO

02/03/2010 – Notas COAD

A taxa SELIC, relativa a fevereiro de 2010, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos e contribuições federais a partir de março/2010, foi fixada em 0,59%.

Veja a seguir a íntegra do ADE 13 CODAC/2010, publicado no Diário Oficial desta terça-feira, dia 3/2, fixando a variação da SELIC.

“ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO No- 13, DE 1º DE MARÇO DE 2010

Divulga a taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais relativa ao mês de fevereiro de 2010.

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E COBRANÇA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 290 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF No- 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Lei No- 9.065, de 20 de junho de 1995, nos arts. 16 e 39 da Lei No- 9.250, de 26 de dezembro de 1995, no art. 61 da Lei No- 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e no art. 73 da Lei No- 9.532, de 10 de dezembro de 1997, DECLARA:

Art. 1º A taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, relativa ao mês de fevereiro de 2010, aplicável na cobrança, restituição ou compensação de tributos federais, a partir do mês de março de 2010, é de 0,59%.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE ALBUQUERQUE LINS”

PROJETO ALTERA LIMITE DE ISENÇÃO DO IR PARA APOSENTADOS

02/03/2010 – Notas COAD

Idosos com idade a partir de 60 anos poderão ficar isentos do pagamento do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão. É o que estabelece projeto do senador César Borges (PR-BA) que está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) desta terça-feira (2), em decisão terminativa.

A isenção, limitada a rendimentos de até R\$1.434,59, também se estende a benefícios referentes a transferência para a reserva remunerada ou reforma pagos pela previdência social. Hoje, a isenção é concedida apenas aos aposentados com idade a partir de 65 anos.

Na justificativa da matéria, César Borges aponta que a isenção parcial hoje prevista na legislação do imposto de renda dirige-se ao beneficiário de aposentadoria e pensão

que tenha ultrapassado os 65 anos de idade e tem por objetivo auxiliá-lo nas necessidades da terceira idade.

O senador lembra que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003) elegeu como parâmetro a idade de 60 anos e que não tratou da isenção fiscal por que o tema exige lei específica e exclusiva, segundo determina a Constituição. César Borges argumenta que não faz sentido a existência de um parâmetro de idade para fins fiscais e outro para os demais fins.

Para o relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto é meritório porque elimina dualidade injustificada na definição de idoso. "Após sua conversão em lei, também para fins fiscais, idosa será a pessoa com idade igual ou superior a 60 anos", ressalta Azeredo.

O relator é favorável à proposta, com uma emenda de redação alterando a ementa da matéria e outra atualizando o limite de isenção de R\$ 1058, previsto no projeto original, para R\$ 1.434,59, em conformidade com o que já foi aprovado em medida provisória transformada em lei.

O projeto altera a Lei nº 9.250 de 1995, que trata do Imposto de Renda das Pessoas Físicas.

Agência Senado

EMPRESA QUE LEGALIZAR TRABALHADOR PODERÁ SER ANISTIADA DE MULTAS

02/03/2010 – Notas COAD

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) restá reunida neste momento (2/3), para examinar uma pauta com 14 projetos, entre eles um que poderá beneficiar pessoas que trabalham para empresas sem qualquer registro. A proposta (PLS 584/07) concede anistia de multas previdenciárias e de FGTS, recolhidas pelo INSS e pela Caixa Econômica Federal quando o empregador que registra, com atraso, a contratação de um empregado.

Além da anistia, o empregador poderá parcelar em até 15 anos, com juros de 6% ao ano mais inflação, os recolhimentos atrasados. O projeto esteve na pauta da CAE do último dia 9, mas acabou não sendo examinado porque os senadores decidiram votar outras matérias. O PLS 584/07 foi apresentado pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o qual argumenta que a anistia incentivará as empresas a legalizarem seus empregados.

Em sua tramitação, o projeto recebeu voto favorável do relator na CAE, senador João Vicente Claudino (PTB-PI), para quem a medida será benéfica não apenas para os empregados, que passam a contar com assistência previdenciária, seguro-desemprego e aposentadoria, mas também para o próprio governo, pois aumentará a arrecadação. Conforme o relator, cerca de 20 milhões de brasileiros trabalham informalmente, sem carteira assinada ou pagamento de INSS. Já o número de trabalhadores com carteira assinada está próximo de 33 milhões.

O projeto prevê que a anistia e o parcelamento dos débitos serão concedidos durante os 12 meses seguintes à aprovação e sanção presidencial do projeto. Depois da CAE, a matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A comissão também delibera sobre operação de crédito externo no valor de US\$ 485 milhões em favor do estado do Rio de Janeiro e sobre projeto que define a concessão do seguro-desemprego para pessoas que trabalham em atividades relacionadas com a pesca artesanal.

FONTE: Agência Senado

PODERÁ SER REDUZIDA EM DUAS HORAS A JORNADA DE MULHER GRÁVIDA

02/03/2010 – Notas COAD

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 6273/09, do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), que reduz em duas horas a carga horária diária de trabalho da mulher grávida, a partir do sétimo mês de gestação. Se aprovada, a medida será incluída na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-Lei 5.452/43), na parte que trata da proteção à maternidade.

Jovair Arantes afirma que o projeto significa um investimento social de longo alcance, beneficiando a mulher e o bebê. A mulher, diz, terá melhores condições de trabalho nas últimas semanas e poderá aproveitar o tempo livre para se programar para a chegada da criança.

"Nas últimas 16 semanas de gravidez, as gestantes costumam ter ganho importante de peso, quando o feto dobra de tamanho e elas carregam uma barriga de pelo menos 5 quilos, incluindo a placenta. É inquestionável o sacrifício físico a que elas se veem submetidas", observa o deputado.

Mudança no comportamento

A medida, diz ainda Arantes, junta-se a outras que também beneficiam a maternidade, como a ampliação da licença de quatro para seis meses, mediante incentivo fiscal às empresas (Lei 11.770/08), e a extensão do direito à licença e ao salário-maternidade à mãe adotiva (Lei 10.421/02).

"Temos verificado uma mudança no comportamento da sociedade brasileira em relação às gestantes. Se antes os benefícios concedidos podiam ser vistos como 'mordomias', hoje as pessoas já os veem como direitos importantes para preservar a integridade do feto", afirma o parlamentar.

Tramitação

O projeto tramita em conjunto com os PLs 3610/08 e 4653/94 e outras 25 propostas que tratam de jornada de trabalho. Os textos serão analisados de forma conclusiva pelo Rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. O projeto perderá esse caráter em duas situações: - se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra); - se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário, pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara

CANDIDATOS "FICHA SUJA": TSE DECIDE QUESTÃO NESTA TERÇA-FEIRA

02/03/2010 – Notas COAD

TSE decide amanhã se candidatos serão obrigados a declarar se figuram como réus em processos

O Tribunal Superior Eleitoral decide nesta terça-feira, dia 2 de março, se os candidatos às eleições deste ano serão obrigados a informar à Justiça Eleitoral sobre os processos judiciais em que figuram como réus. A questão tem como relator o ministro Arnaldo Versiani que inseriu o tema na pauta da próxima sessão administrativa para deliberação.

A proposta foi encaminhada pela AMB à presidência do TSE em fevereiro do ano passado, uma iniciativa da intensa campanha da Associação, Eleições Limpas – Pelo Voto Livre e Consciente. Lançada em junho de 2008, a campanha Eleições Limpas foi marcada pela realização de 1.469 audiências públicas sobre eleições em todos os Estados e aproximou a Justiça Eleitoral da sociedade.

No ofício levado pela AMB ao Tribunal, o presidente da Associação, Mozart Valadares Pires destacou que é direito do cidadão conhecer o passado do candidato. “A transparência é da essência da democracia. E, a informação, ingrediente indispensável para o exercício do voto livre e consciente”, considera.

Se for acolhida, a iniciativa vai permitir que os eleitores sejam informados sobre eventuais processos judiciais enfrentados pelos candidatos, assim como já podem consultar a identificação completa dos candidatos, com a respectiva declaração de bens divulgada pelo próprio TSE. Nesta consulta, o eleitor teria acesso às informações sobre eventuais processos de natureza penal, eleitoral e ações de improbidade em que os candidatos figurem como réus. “Da mesma maneira que os candidatos, ao requererem o registro de suas candidaturas, informam à Justiça Eleitoral a relação de todos os seus bens – que fica disponível para consulta por qualquer eleitor, também deveriam ser coletados e disponibilizados os dados referentes aos processos judiciais respondidos pelos postulantes a mandatos eletivos”, assevera Mozart.

A Associação também defende a realização de audiências públicas pela Justiça Eleitoral, a exemplo do período das eleições em 2008 quando, atendendo a um convite da AMB e do TSE, os juízes eleitorais promoveram 1.469 audiências em 964 zonas eleitorais, com ampla participação da sociedade.

FONTE: Associação dos Magistrados Brasileiros

CONDUTA INDEVIDA EM GREVE DÁ JUSTA CAUSA A SINDICALISTA

02/03/2010 – Notas COAD

Empregados sindicalistas da Petrobras que foram demitidos por falta grave por terem participado de uma greve na década de 90, e posteriormente anistiados, vêm insistindo na revisão da dispensa motivada para receberem os salários dos dias faltosos. A pretensão não prosperou em julgamento na Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento a um agravo, o que mantém a decisão anterior que constatou que eles agiram de forma indevida na condução do movimento grevista.

Um inquérito instaurado pela empresa concluiu pela culpa dos dirigentes sindicais - e as instâncias ordinárias confirmaram que eles agiram indevidamente durante o movimento: invadiram as casas de controle com fim de paralisar diversas unidades de produção da refinaria, inclusive as essenciais à atividade empresarial, colocando a refinaria em risco de incêndio e explosão - e outras pessoas em perigo. "Isto está sobejamente caracterizado no acórdão regional, não há o que discutir quanto à justa causa, ao meu juízo, uma matéria que é de natureza fática", disse o relator na Primeira Turma, ministro Lelio Bentes Corrêa.

O relator esclareceu que os empregados renovaram um requerimento que haviam feito em um recurso anterior, em que invocam a Lei 10.790 que lhes concedeu anistia e pedem, portanto, o reconhecimento do direito aos salários de todo o período de afastamento. Mas como não houve pronunciamento judicial no primeiro recurso, cabia a eles renovar os pedidos, o que não foi feito. Além do mais, ressaltou o relator, a lei da anistia apenas anula as consequências dos atos praticados pelos empregados: pendências financeiras deverão ser resolvidas de acordo com os parâmetros negociados com a empresa.

De qualquer modo, manifestou o relator, "esse não seria o momento para se debater a matéria, pois em nenhum momento se pode aceitar a tese de que pela lei de anistia teria restado prejudicado o objeto do inquérito para apuração de falta grave", caso contrário esse entendimento estaria automaticamente reconhecendo o pagamento de salários por todo o período não trabalhado. O ministro Walmir Oliveira da Costa complementou o relator, esclarecendo que "a anistia pressupõe o reconhecimento da culpabilidade deles no evento".

A Primeira Turma decidiu, unanimemente, negar provimento ao agravo de instrumento dos empregados, ficando mantida a decisão regional que decidiu pela falta grave cometida por eles. (AIRR-113941-17.1995.5.03.0026)